

**À PRESIDÊNCIA DA COMISSÃO INTERNA DE CONTRATO DE GESTÃO EM
SERVIÇOS DE SAÚDE DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE GOIÁS**

***Edital de Chamamento Público nº 04/2022-SES/GO - HOSPITAL ESTADUAL DE
LUZIÂNIA***

Processo: 202100010000417

INSTITUTO CEM, associação civil sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde no Estado de Goiás conforme Decreto nº 9.184 de 12 de Março de 2018, inscrito no CNPJ sob o nº 12.053.184/0001-37, entidade participante do Chamamento Público nº 04/2022-SES/GO - Processo: 202100010000417, por meio do seu **Diretor Presidente, JEZIEL BARBOSA FERREIRA**, vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria apresentar **RECURSO** em face **Resultado Preliminar de Habilitação**, nos termos do Item 7.3 do Edital do mencionado Chamamento Público, requerendo, desde já, a sua **reforma** para o propósito de declarar o **INSTITUTO CEM HABILITADO**, conforme razões que seguem:

(1.) - Da Tempestividade

A publicação do Resultado Preliminar de Habilitação do Chamamento Público nº 04/2022-SES/GO ocorreu na data de 21/03/2022.

Tendo em vista que o prazo para a apresentação de Recurso contra decisão de inabilitação é de 02 (dois) dias úteis, contados do primeiro dia útil subsequente ao da publicação, conforme Item 7.3 do Edital do Chamamento Público em referência, temos que este Recurso é tempestivo, razão pela qual deve ser devidamente recebido e julgado por esta Comissão Interna ou órgão competente da Secretaria de Estado da Saúde de Goiás.

(2.) – Dos Fatos

O INSTITUTO CEM é organização social participante do Chamamento Público nº 04/2022-SES/GO - Processo: 202100010000417, realizado pela Secretaria de Estado da Saúde de Goiás, com o objetivo de firmar parceria para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde, em regime de 24 horas/dia, junto ao HOSPITAL ESTADUAL DE LUZIÂNIA.

Na data de 16/03/2022 o INSTITUTO CEM entregou a Comissão Interna de Contrato de Gestão em Serviços de Saúde o seu envelope para habilitação no Chamamento Público nº 04/2022-SES/GO.

Após a apreciação da documentação contida no envelope de habilitação do INSTITUTO CEM, esta Comissão Interna entendeu por declará-lo INABILITADO, por razões contábeis (Anexo I), nos termos que seguem:

- a) Contas de Compensação no Balanço Patrimonial:
 - uso indevido de Contas de Compensação no Balanço Patrimonial
 - diferença entre os valores de Compensação Ativa x Compensação Passiva com reflexo prejudicial à apuração dos índices contábeis
- b) Índice de Liquidez Geral (ILG) do Balanço Patrimonial do INSTITUTO CEM <1 (menor que 1).

Pois bem.

As justificativas apresentadas pela Comissão Interna para declarar o INSTITUTO CEM INABILITADO no Chamamento Público nº 04/2022-SES/GO são equivocadas, pois: i) divergem das normas contábeis aplicáveis à hipótese; ii) são contrárias às determinações de natureza contábil da Secretaria de Estado da Saúde de Goiás; iii) estão em desconformidade com os valores constantes do Balanço Patrimonial do INSTITUTO CEM.

Deste modo, a decisão de inabilitação do INSTITUTO CEM deve ser revista e reformada, para o propósito final de declará-lo HABILITADO, conforme razões que seguem.

(3.) – DAS RAZÕES PARA A HABILITAÇÃO DO INSTITUTO CEM

A) Ofício Circular nº 797/2020 – SES (Processo nº 202000010032140 – SEI 00001646684) – Uso de Contas de Compensação no Balanço Patrimonial pelas Organizações Sociais com Contrato de Gestão no Estado de Goiás

O Ofício Circular nº 797/2020 – SES (Processo nº 202000010032140 – SEI 00001646684) **determina** que as organizações sociais com Contratos de Gestão no Estado de Goiás devem utilizar as Contas de Compensação Ativa e Passiva no seu Balanço Patrimonial. (Anexo II)

O INSTITUTO CEM é organização social com Contratos de Gestão no Estado de Goiás: Contrato de Gestão nº 051/2020 – SES/GO, Contrato de Gestão nº 065/2020 – SES/GO e Contrato de Gestão nº 001/2021 – SES/GO.

E mais.

O INSTITUTO CEM também é entidade gestora do HUGO, conforme Despacho nº 4142/2021 – GAB.

Desta forma, o INSTITUTO CEM faz uso de Contas de Compensação Ativa e Passiva no seu Balanço Patrimonial, frise-se, por expressa exigência da Secretaria de Estado da Saúde de Goiás (Processo nº 202000010032140 – SEI 00001646684).

Portanto, temos, incontrovertidamente, que:

- o INSTITUTO CEM atua com regularidade no uso de Contas de Compensação no seu Balanço Patrimonial;

- atende as exigências do Processo nº 202000010032140 – SEI 00001646684 desta Secretaria de Estado da Saúde de Goiás.

Assim, requer o reconhecimento nestes termos.

B) AUSÊNCIA DE REFLEXOS DOS VALORES DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO NO SISTEMA DE CONTAS PATRIMONIAIS

Os Itens 29 e 30 da ITG 2000 – Resolução CFC nº 1.330/2011 estabelecem que as Contas de Compensação:

- são um sistema próprio, logo seus valores não interferem nas contas de natureza patrimonial;
- não são obrigatórias, mas podem ser exigidas por ato de órgão regulador (no caso a SES/GO por meio do Ofício Circular nº 797/2020 – SES.

Sendo assim, os valores expressos nas Contas Ativas e Passivas de COMPENSAÇÃO não influenciam no sistema de contas patrimoniais.

Tal fato, INCLUSIVE, foi reconhecido por esta Comissão Interna ao fundamentar a inabilitação ora atacada do INSTITUTO CEM, veja-se:

“Desta forma, as contas de compensação **nada têm a ver com o sistema de contas patrimoniais**, tratando-se de um conjunto de contas de uso optativo e destinado a finalidades internas da empresa, podendo servir, como fonte de dados para transmitir determinadas informações a terceiros.”

Nestes termos, temos que a divergência apontada por esta Comissão Interna nos valores de Compensação Ativa x Passiva EM NADA INTERFEREM na apuração dos índices contábeis do INSTITUTO CEM!

E mais!

Frise-se, tal como previsto nos Itens 29 e 30 da ITG 2000 – Resolução CFC nº 1.330/2011 e reconhecido por esta Comissão Interna, os valores das Contas de Compensação do Balanço Patrimonial do INSTITUTO CEM NÃO INTERFEREM NOS VALORES DAS CONTAS PATRIMONIAIS, LOGO, NÃO HÁ QUE SE FALAR EM PREJUÍZO NA APURAÇÃO DE ÍNDICES CONTÁBEIS POR DIFERENÇA NESTES VALORES!

Neste diapasão, temos ainda que a afirmativa desta Comissão Interna de que “a diferença entre os valores totais das Compensações Ativas e Compensações Passivas constantes do Balanço Patrimonial apresentado pelo INSTITUTO CEM prejudicam a apuração dos índices contábeis É EQUIVOCADA, devendo, portanto, ser reformada!

Assim, requer o reconhecimento de que as Contas de Compensação constantes do Balanço Patrimonial do INSTITUTO CEM não interferem as suas Contas Patrimoniais, a teor do que estabelecem os Itens 29 e 30 da ITG 2000 – Resolução CFC nº 1.330/2011.

Requer ainda, neste ponto, por tratar-se de matéria técnica e específica, análise e parecer por parte da Coordenação de Acompanhamento Contábil (CAC) desta Secretaria de Estado da Saúde de Goiás.

C) DO NÃO USO DOS VALORES DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO NOS CÁLCULOS DOS ÍNDICES CONTÁBEIS DO INSTITUTO CEM (item 5.3 do Edital)

Conforme esclarecido no Item B) supra, as Contas de Compensação não compõem o sistema de contas patrimoniais.

Nestes termos, o INSTITUTO CEM não se utilizou dos valores das Contas de Compensação (Ativa e Passiva) constantes do seu Balanço Patrimonial para a apuração dos índices previstos no Item 5.3 do Edital do Chamamento Público nº 04/2022-SES/GO - Processo: 202100010000417.

Tal fato, inclusive, será numericamente evidenciado no Item D) que segue deste Recurso.

Portanto, equivocado o entendimento desta Comissão Interna no sentido de que o “valor da diferença entre as Contas de Compensação constantes do Balanço Patrimonial do Instituto CEM está compondo de forma indevida o Sistema Patrimonial, prejudicando a apuração dos índices contábeis”.

Requer a reforma deste entendimento.

Requer ainda, neste ponto, por tratar-se de matéria técnica e específica, análise e parecer por parte da Coordenação de Acompanhamento Contábil (CAC) desta Secretaria de Estado da Saúde de Goiás.

D) ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL (ILG) > 1

Por fim, esta Comissão Interna entende que o INSTITUTO CEM deve ser considerado INABILITADO junto ao Chamamento Público nº 04/2022-SES/GO por entender que o Índice de Liquidez Geral (ILG) extraído do seu Balanço Patrimonial é inferior a 1, contrariando a alínea i.3) do Item 5.3 do Edital.

Pois bem.

Este entendimento está equivocado e deve ser revisto e reformado, pois contrário aos documentos constantes do envelope de Habilitação do INSTITUTO CEM (Balanço Patrimonial).

Vejamos.

O Índice de Liquidez Geral (ILG) do INSTITUTO CEM é MAIOR QUE 1!

Tal fato encontra-se, INCONTROVERSAMENTE, EVIDENCIADO NO SEU BALANÇO PATRIMONIAL, o qual faz parte da sua documentação de habilitação (fls. 75 a 94).

Seguem os cálculos.

ILG = (AC+RLP) / (PC+ELP)	
AC	R\$ 18.666.368,48
RLP	-
PC	R\$ 14.763.670,46
ELP	R\$ 444.819,03
Portanto:	
ILG = 18.666,368,48 / (14.763.670,46 + 444.819,03)	
ILG = 18.666,368,48 / 15.208.489,49	
Logo:	
ILG > 1	

Assim, temos demonstrado que o **ILG** extraído do Balanço Patrimonial do INSTITUTO CEM **é maior que 1** e que o entendimento contrário desta Comissão Interna deve ser revisto e reformado.

Requer ainda, neste ponto, por tratar-se de matéria técnica e específica, análise e parecer por parte da Coordenação de Acompanhamento Contábil (CAC) desta Secretaria de Estado da Saúde de Goiás.

(4.) – CONCLUSÕES

Diante do exposto e demonstrado, conclui-se:

- a) O uso de Contas de Compensação pelo INSTITUTO CEM no seu Balanço Patrimonial atende exigência constante do Ofício Circular nº 797/2020 – SES (Processo nº 202000010032140 – SEI 00001646684);
- b) Os valores das Contas de Compensação do Balanço Patrimonial do INSTITUTO CEM NÃO INTERFEREM NOS VALORES DAS CONTAS PATRIMONIAIS, conforme estabelece os Itens 29 e 30 da ITG 2000 – Resolução CFC nº 1.330/2011;
- c) O INSTITUTO CEM não se utilizou dos valores das Contas de Compensação do Balanço Patrimonial para a apuração dos índices do Item 5.3 do Edital, em especial para a apuração do índice ILG.
- d) O índice ILG extraído do Balanço Patrimonial do INSTITUTO CEM acostado com a sua documentação de HABILITAÇÃO é INCONTROVERSAMENTE MAIOR QUE 1.
- e) Diante da natureza técnica e específica dos temas abordados neste Recurso, faz-se necessário o encaminhamento do presente para análise e parecer por parte da Coordenação de Acompanhamento Contábil (CAC) desta Secretaria de Estado da Saúde de Goiás.

(5.) – DO PEDIDO

Ante todo o exposto, requer o regular recebimento e processamento deste RECURSO, inclusive mediante o seu encaminhamento para análise e parecer por parte da Coordenação de Acompanhamento Contábil (CAC) da SES/GO, para ao final ser reformada a decisão constante do Resultado Preliminar de Habilitação declarando o INSTITUTO CEM HABILITADO no Chamamento Público nº 04/2022 – SES/GO - Processo: 202100010000417, permitindo a abertura do ENVELOPE contendo a sua PROPOSTA.

Termos em que
Pede deferimento,

Goiânia, 22 de Março de 2022.

JEZIEL BARBOSA FERREIRA
Diretor Presidente